

Perplexidades e certezas

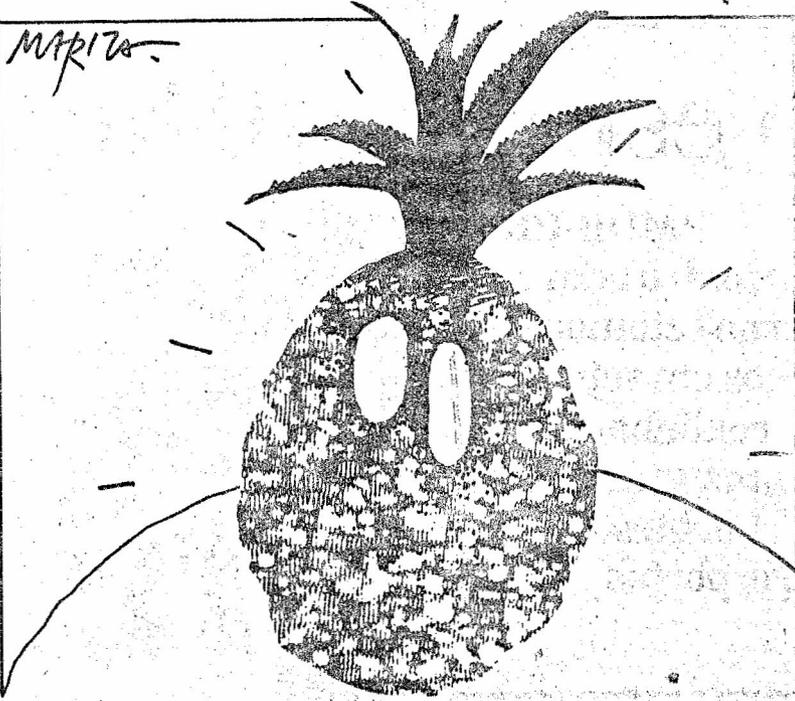
IGNÁCIO M. RANGEL

Quando meu patricio José Sarney foi guindado à suprema magistratura da nação, eu o classifiquei de sortudo, em artigos nesta mesma coluna e alhures. Mas, agora que seu ministro do Planejamento diz que o remédio para a presente conjuntura seria "ajoelhar e rezar três ave-marias", não parece propício lembrar tal julgamento, porque dificilmente poderíamos encontrar clima de mais geral perplexidade que o que aí temos: perplexidade da sociedade civil e do Estado; dos professores de economia e das simples donas-de-casa; dos escribas e dos fariseus.

Ao primeiro exame, só uma coisa sustenta o presente governo: o fato de que os eventuais candidatos ao posto — os de farda e os de fardão; os de batina e os de toga; ou os de simples paletó e gravata — não saberiam que fazer com o poder que lhes caísse nas mãos. Somente um JK, com seu insondável otimismo, baseado na crença de que "ou o proverbial abismo não existe ou o Brasil é maior do que o abismo", poderia desejar o poder em tais condições. Como ele o fez, em clima de comparável e geral perplexidade, nos idos dos anos 50.

Quanto a mim, que já vivi muitas crises assim, habituei-me a partir do suposto de que sairemos desta, como o temos feito, com incrível pontualidade, ao longo do nosso processo de industrialização. Em meados dos anos 30 — há meio século, ou cinco ciclos juglarianos brasileiros — eu já tinha vários anos de militância política, começada aos dezesseis anos, de arma na mão, para derrubar Washington Luiz e empoleirar Getúlio no comando. Em 1937, estava vendo "o sol nascer quadrado", em consequência de minha segunda e abortada tentativa de mudar o governo da República, num movimento que havia principiado nas condições de uma crise que, como esta, parecia irreversível, devendo desembocar numa mudança revolucionária do regime.

A prisão tem, como se sabe, vários inconvenientes, mas pode trazer suas compensações. Obrigá-nos, por exemplo, a pensar intensamente e a repudiar preconceitos e aparências. Fui assim levado a, apesar dos meus verdes anos, perceber que o processo histórico é muito mais complexo do que geralmente se apresenta ao primeiro exame, e que, como depois



aprenderia em teoria dos ciclos, uma depressão profunda costuma prenunciar uma enérgica recuperação, a qual, não raro, vem por caminhos difíceis de mapear *a priori*.

Este, entretanto, é apenas o ponto de partida. Abre-nos os olhos para coisas que, nem os doutores, nem o vulgo, costumam ver, mas essas coisas devem ser verificadas e explicadas. Agora, por exemplo, todos estão atentos para o que se faz e se diz em certas áreas do governo — Fazenda, Planejamento, Trabalho. Ora, dessas áreas, nada de bom nos está chegando ou sendo prenunciado. Elas são o próprio epítome da perplexidade. Entretanto, estudando o quadro mais atentamente e sem preconceitos, descobriremos que um ministério atualmente obscuro, o dos Transportes, não deblatera, mas age e o faz no sentido correto, embora um pouco desajeitadamente. No mesmo sentido chegam-nos notícias de outras áreas do Estado, no sentido amplo do termo, como as prefeituras do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Quero referir-me à busca de oportunidades de investimento para o setor privado, sobrecarregado de

capacidade ociosa — apesar das generalizadas mas errôneas suposições de excesso de demanda. Essas oportunidades, no quadro presente, somente podem ser abertas no processo de privatização dos serviços de utilidade pública, atualmente organizados como concessões de serviços públicos a empresas públicas. Ora, sem oportunidades de investimento em seu horizonte, o empresariado privado — desde as empresas nacionais às multas — ficam abertas aos convites, ao "lock out", o qual se torna cada vez mais evidente, desembocando na ilusão do excesso de demanda, fantasma contra o qual se debatem os homens da Fazenda, do Planejamento e do Trabalho. E não pode haver dúvida de que o "lock out" será muito mais difícil de combater do que a improvisada greve geral de 12 de dezembro, da CUT e da CGT.

Aqui é que bate o ponto. O Estado arruinou-se financeiramente, no ato de garantir, pelo seu aval, os empréstimos às empresas públicas concessionárias de serviço públicos. E não somente o governo federal, mas o Estado em todos os seus patamares,

até porque esse aval fundiu financeiramente todo o setor público num única peça, mas agora perdeu toda seriedade, estado de coisas que encontrou expressão da elevação do juro.

A julgar por outras experiências que já vivi, a presente crise, formalmente aberta com o Cruzado 2, de 21 de novembro, passará quando menos o estivermos esperando. Mas já é tempo de que não deturpem que as coisas corram ao Deus-dará. A privatização dos serviços de utilidade pública pressupõe uma lei especial, diferente da que aí está ou que jamais esteve. Afinal, a concessão de serviço público à empresa privada radicada no mercado industrial e de crédito nacional é, em si, coisa inédita. Muito diferente do que antes tivemos, isto é: (a) das estações coloniais; (b) das concessões a empresas privadas estrangeiras; (c) dos serviços públicos de administração direta do Estado; (d) das concessões de serviço públicos a empresas públicas.

Quem supuser que bastaria reeditar o Direito de Captação dos tempos das Lights da vida, isto é, das concessões de serviço públicos a empresas privadas estrangeiras, não sabe bem o que está pensando. Não apenas o direito específico aplicável a tais instituições, como as instituições de concessões de serviço públicos a empresas privadas nacionais, terá que ser reformulado, como o aparelho de intermediação financeira e o próprio Estado terão que ser refundidos e que receber novas funções. Trata-se de um complicado labor econômico, por certo, mas também jurídico e tecnológico. Ao investigador futuro, essas mudanças poderão parecer meros retoques, mas não aos homens que deverão levá-los a cabo.

Deixar que as coisas se arrumem por si mesmas — como tantas vezes já o temos feito — poderá extorquir-nos um preço elevado. Fazer as coisas planejadamente, está por certo acima das nossas forças atuais, porque do ciclo ao plano permeia um longo caminho. Mas também já não se admite que as coisas se arrumem por si mesmas, batendo com a cabeça pelas paredes, à espera de um acerto resultante de uma longa série de equívocos.

IGNÁCIO M. RANGEL, 77, é economista, membro do Conselho Federal de Economia e autor do livro "A Inflação Brasileira".